

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PAERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandeí Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samantha Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E
SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA
ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho

Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

Joinville – Santa Catarina

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –

UTFPR, PPGTE

Curitiba – Paraná

alexandra@ifsc.edu.br

Nilson Marcos Dias Garcia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –

UTFPR, PPGTE

Universidade Federal do Paraná – UFPR, PPGE

Curitiba – Paraná

nilson@utfpr.edu.br

RESUMO: São apresentados resultados de pesquisa qualitativa que analisou aspectos das políticas públicas de apoio à permanência escolar de alunos de cursos de formação profissional e tecnológica, visando estabelecer relações entre as ações previstas e os respectivos índices de permanência e abandono. Realizada entre 2011 e 2013 com alunos de cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Mecânica, Eletroeletrônica e Eletrotécnica de Joinville e Jaraguá do Sul/SC, envolveu 270 estudantes permanentes e 25 que deixaram de frequentá-los. De caráter qualitativo e natureza exploratória, foi desenvolvida através de aplicação de questionários e realização de entrevistas, tendo como referência teórica

autores que discutem criticamente as atuais políticas de apoio à permanência escolar. Os resultados permitiram inferir, a partir da demonstração de desconhecimento por parte dos próprios alunos por ele beneficiados que, da forma como está sendo aplicado, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que estimula a permanência escolar, não tem atingido plenamente seus objetivos. Também revelaram a necessidade de uma avaliação mais sistematizada do Plano e uma melhor identificação das carências dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência escolar; Abandono escolar; Políticas públicas; Educação profissional.

ABSTRACT: We present the results of a qualitative research which aimed to analyze aspects of the public policies supporting school permanency of students of Professional Education's courses, aiming to establish relationships between the planned actions and the respective indices of permanency and drop out. The research involved both students persevering and who have dropped the concomitant and subsequent technical courses in Mechanics, Electroelectronics and Electrotechnics of Joinville and Jaraguá do Sul, in Santa Catarina, in the period between the 2nd

semester of 2011 until the end of 2013, involving 270 persevering students and 25 of the students who had dropped out. From a qualitative exploratory approach, the research was theoretically supported in authors who that critically discuss current policies to support the school permanency. The results allowed to infer, from the demonstration of ignorance on the part of the students benefited that the National Plan of Student Assistance, which stimulates the permanence of school, has not been fully reached its objectives. They also revealed the need for a more systematized evaluation of the Plan and a better identification of the students' needs that are met by the institution, either through national policies or institutional actions.

KEYWORDS: Permanency School. School Dropout. Public policy. Professional Education.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, somente em 1988, a Educação passou a ser assegurada como um direito fundamental e social, vindo a ser um direito público subjetivo dos cidadãos garantido pelo art. 205 da nova Constituição.

O direito à permanência, à igualdade de condições de acesso e de permanência na escola, também assegurado na Constituição (BRASIL, 1988, art. 206), somente foi ratificado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9.394, de 1996.

Entretanto, embora a permanência seja garantida constitucionalmente, dados estatísticos apontam que a taxa média de distorção idade-série no Ensino Médio no Brasil em 2011 era de 34,4% e de 28,2% em 2014. Apesar da ampliação nos índices de permanência e sucesso na educação básica registrada nos últimos anos, tais “índices ainda são extremamente ruins, particularmente para as pessoas pobres, onde cerca de 80% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não concluiu o ensino médio”. (BRASIL, 2011, p. 36).

Neste sentido, Gadotti (1981, p. 5) destaca que, “as classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminentemente elitista e antipopular”.

Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 134), por sua vez, chamam a atenção à metodologia utilizada para avaliar a qualidade da educação. Segundo os autores, “as políticas educacionais no Brasil e no mundo têm avaliado a qualidade da educação, ou mesmo das políticas públicas, por meio de indicadores quantitativos”.

Sobre esta questão, Kuenzer (2010) destaca que os limites das políticas seriam minimizados se o governo promovesse uma análise da situação real da educação brasileira, discutindo-a com a sociedade civil e não apenas apresentando dados brutos. Para a autora, seria fundamental apresentar

[...] séries históricas, matrículas por idade, distorção idade-série, relação entre escolaridade, formação profissional e emprego, entre outros, de modo a mostrar como de fato evoluíram o acesso e a permanência nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino e suas relações com a ocupação e com o acesso à cultura. A ausência de explicitação destes dados e do debate com a sociedade civil, por si só, já revela os limites deste processo, que acaba se transformando em formalidade. (*ibid*, p. 853)

A respeito da educação profissional, em 1888, no início dessa modalidade em São Paulo, conforme Moraes (2003, p. 94), o índice educacional de abandono escolar era de cerca de 50%. Levantamento em nível nacional realizado por Gallindo (2018), relativo ao período de 2009 a 2018, apontou um abandono de 26,73% em cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnológica, com índices elevados principalmente nos cursos técnicos de PROEJA (50,94%), concomitantes (46%) e subsequentes (43%), não muito diferentes daqueles verificados por Moraes.

Essas taxas demonstram que, embora a educação profissional tenha passado por diferentes políticas educacionais e tenha tido destaque em relação às políticas de expansão, a questão dos altos índices de abandono escolar ainda permanece.

Estudo realizado por Coelho (2014) ressalta a existência de poucas pesquisas e dados sistematizados a respeito do abandono escolar na educação profissional e tecnológica. Essa questão é também apontada por Dore, Sales e Castro (2014, p. 381), para quem, “particularmente sobre abandono no ensino técnico regular de nível médio, nota-se que não há uma quantidade relevante de estudos”, demonstrando o número escasso de estudos e informações sistematizadas sobre a temática “evasão” na educação técnica de nível médio e apontando a necessidade de solidificar no país um campo de pesquisa sobre estas questões.

Neste sentido, e buscando contribuir para melhor esclarecer as questões relativas à permanência e abandono escolar na educação Profissional, haja vista que o abandono escolar vai, de acordo com Brandão, Baeta e Rocha (1983), contra a garantia legal da permanência, apresentam-se resultados de uma pesquisa realizada em Joinville e Jaraguá do Sul com estudantes permanentes e outros que deixaram de frequentar seus cursos, com o objetivo de analisar aspectos das políticas públicas de apoio à permanência escolar e suas relações com as ações previstas e os respectivos índices de permanência e abandono.

Destaca-se que nessa pesquisa adotou-se o termo abandono escolar em vez de evasão escolar, pois, concordando com o pensamento de Steimbach (2012) e Pelissari (2012), foi entendido que o termo abandono melhor reflete a relação mútua estabelecida entre os diversos fatores que envolvem o estudante e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o estudante pode abandoná-la ou ser por ela abandonado. Entretanto, no texto poderão ser encontradas outras denominações quando emitidas pelos autores tomados como referência.

2 | O DIREITO À EDUCAÇÃO E À PERMANÊNCIA ESCOLAR

Discutir sobre abandono e permanência escolar é dialogar sobre acesso e permanência como um direito garantido constitucionalmente. Neste sentido, é defender a educação como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 6º).

Como destaca Lenskij (2006), além da Constituição de 1988, o direito à educação está regulamentado e garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e na Lei do FUNDEF (Lei 9.424/96). Pondera o autor que

Estes são os principais documentos que compõem o ordenamento jurídico da Educação brasileira. São os instrumentos legais e normativos, mais abrangentes que orientam as práticas escolares no sentido de garantir a permanência na escola, como conteúdo e como princípio do direito à educação. Poder-se-ia dizer que, tal como foi construído pelos constituintes legisladores, o Direito à Educação é apenas mais um dos instrumentos de proteção à infância/ adolescência mas, talvez, o principal deles. (LENSKIJ, 2006, p. 68-69)

Esses direitos foram ampliados a partir de 2009 através da Emenda Constitucional nº 59/2009, que garante educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução nº. 2, de 30 de janeiro de 2012, art. 3º), por sua vez, definem que “o Ensino Médio é um direito social de cada pessoa, e dever do Estado na sua oferta pública e gratuita a todos”. Porém, a Resolução supracitada não faz, em seu texto, menção sobre as garantias ao acesso e à permanência escolar, ausência apontada também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012).

Essa questão foi abordada no Estatuto da Juventude, aprovado em agosto de 2013 pela lei 12.852, que assegura aos jovens, entre outros, esses direitos:

Art. 7º O jovem tem *direito à educação* de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

[...]

Art. 9º O jovem tem *direito à educação profissional e tecnológica*, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

[...]

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e *permanência*, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes. (BRASIL, 2013b). (grifos da autora)

Entretanto, ainda que existam essas garantias legais, Ciavatta (2011, p. 167) aponta que,

Há na história da educação do Brasil, um movimento reiterado de negar à grande massa da população as oportunidades educacionais para uma educação básica (fundamental e média) de qualidade. Cerca de 50% de trabalhadores não completaram oito anos de escolaridade, consequência das mediações históricas que contribuíram para essa grave situação em pleno século XXI.

Referente às garantias da igualdade nas condições de acesso e permanência na escola, Dore e Lüscher (2011) compreendem que o abandono escolar é contrário aos preceitos constitucionais, pois, para elas,

O abandono escolar confronta-se com o preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência, tendo em vista seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 779-780).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, em seu artigo 3º garante os mesmos princípios de acesso e permanência dos estudantes na escola, aspecto que é reforçado no art. 4º, inciso VII, quando prescreve a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Essas questões também foram o ponto de partida para a análise das políticas que orientariam a estruturação do Plano Nacional de Educação sobre o Ensino Médio, que foram discutidas em 2010 no Conselho Nacional de Educação (CONAE), tendo sido consideradas fundamentais questões como a

universalização com qualidade social, por meio de ações que visem à *inclusão* de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à *diversidade socioeconômica* cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo *igualdade* de direitos; e o desenvolvimento da *gestão democrática*. (KUENZER, 2010, p. 859)

Kuenzer (2010, p. 860), destaca, porém, que as metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2000-2010, mesmo analisando dados sem a necessária sistematização para conferir transparência e permitir análise qualificada, permitem inferir que, quanto à expansão do acesso, permanência e sucesso, não houve mudanças significativas, mostrando que, para o ensino médio, as metas estabelecidas no PNE 2000-2010 não foram atingidas.

Em outro momento, Kuenzer (2007) já havia ponderado que, além de não garantir as condições de permanência escolar, o Estado repassa para a sociedade

civil a responsabilidade de suas funções. Para ela,

a partir da alegação da “*impossibilidade*” do Estado em cumprir com suas funções, pretensamente melhor desempenhadas por organizações privadas mais ágeis, que asseguram mais eficácia e maior ampliação da capacidade de atendimento, as relações entre Estado e sociedade civil passam a se dar por meio das parcerias entre o setor público e o setor privado. (p. 1174)

No atual Plano Nacional de Educação – 2014-2024, dentre as 20 metas estabelecidas, destaca-se a meta 03: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)” (BRASIL, 2014, p. 22), destacando-se não haver menção de ações e políticas de apoio à permanência escolar para atingir essa meta na elaboração do documento.

Referente à educação profissional e tecnológica, a meta 11 do PNE 2014-2024 dispõe: “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.” (BRASIL, 2014, p. 39). Para garantir essa meta, propõe-se como estratégia ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil (BRASIL, 2014, p. 41), atual política de apoio à permanência escolar das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Com relação à permanência do trabalhador estudante na escola, a LDB 9.394/96, ao se referir à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelece que seja viabilizado e estimulado pelo poder público o acesso e permanência deste educando através de ações integradas e complementares (BRASIL, 1996), explicitação essa que não ocorre quando trata do acesso, permanência e garantias do trabalhador estudante no capítulo III da lei supracitada, relativo à educação profissional e tecnológica.

De acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2014), nenhuma política tem contribuído para modificar a realidade do estudante trabalhador, em especial do aluno do noturno. Segundo os autores (2014), além da ausência das políticas, as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas não levam em conta o perfil e a condição social dos estudantes, que exigem práticas educativas que considerem a realidade e o contexto socioeconômico e cultural do aluno.

Em especial ao estudante trabalhador, conforme argumenta Bernardim (2013), “a falta de investimentos em políticas públicas voltadas à classe trabalhadora marca o atraso que o Brasil enfrenta no campo educacional, constituindo-se em uma das maiores dívidas do estado para com o povo brasileiro” (p. 109).

Nesta mesma perspectiva, Kuenzer (2010) aponta a necessidade de discutir sobre qual qualidade se pretende para o ensino médio, na perspectiva dos que vivem do trabalho. Para a autora, a unitariedade da escola média será assegurada, bem como a garantia do acesso, da permanência e do sucesso em escolas de qualidade,

independentemente da origem de classe de seus alunos, desde que assegurada a qualidade e que contemple os interesses e necessidades dos seus alunos.

Entretanto, para se fazer cumprir essas garantias, é necessário que existam mecanismos para tal. Nesse sentido, atualmente, as políticas de apoio à permanência escolar brasileira são as de progressão automática e de assistência financeira. Conforme ponderam Dore e Luscher (2011),

Hoje, políticas governamentais de cunho educacional e/ou social, tais como a progressão automática entre as séries, que promove a redução da distorção entre idade e série, e o programa Bolsa Família, contribuem tanto para universalizar o acesso ao ensino fundamental como para conter a evasão estudantil. (p. 780)

As políticas de transferência de renda lançadas no governo Fernando Henrique Cardoso, mantidas e intensificadas no governo Lula, transformaram o Programa Bolsa Escola em Bolsa Família. A presidente Dilma Rousseff manteve esse Programa, vinculando-o à permanência escolar do estudante para ter direito ao benefício, sendo classificada, assim, como uma política de apoio à permanência escolar.

Referente aos impactos do Programa Bolsa Família, pesquisa realizada de 2005 a 2009 por Amaral e Monteiro (2013) sobre abandono escolar concluiu que os programas de transferências de renda diminuíram o abandono escolar, porém não em números significativos.

Essa política financeira de apoio à permanência escolar não se resume apenas à Educação Básica. Na Educação Profissional, em específico na Rede Federal de Ensino, há a política de apoio ao estudante regulamentada pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Este Plano consiste de ações de assistência estudantil que são executadas por instituições federais de ensino superior, inclusive os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devido às suas especificidades, cujos objetivos gerais compreendem

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Esse Plano, como aponta Vasconcelos (2010), representou um marco histórico nas políticas públicas de assistência estudantil:

[...] foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo então, obrigado a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional. (p. 614)

Apontando a necessidade da elevação da permanência escolar, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais, indicou a meta de 70% de eficácia da instituição para 2013 e de 80% para 2016, sendo a eficácia calculada pela média aritmética entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. (MEC/SETEC, 2010).

Em relatório de auditoria realizado em 2011, entretanto, o Tribunal de Contas da União, apontou que “as taxas de conclusão em nível nacional se situam em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo” (TCU, 2013, p. 11), demonstrando que será um grande desafio atingir as metas propostas pelo Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais.

Esse relatório aponta que os Institutos Federais, por serem instituições que ofertam cursos para “públicos heterogêneos em termos acadêmicos e sociais”, devem considerar essas diferenças, “fazendo com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento”. (*ibid*, p. 16) no sentido de implementar estratégias de combate ao abandono.

Aprofundando as reflexões e análises do relatório do TCU, nele são apontadas a importância de ações e políticas de qualidade, indicando que

[...] a evasão não deve ser combatida por meio da diminuição da qualidade do ensino ministrado nem por meio de políticas que, de forma artificial, façam com que os alunos, sem a devida qualificação, passem de ano ou não repitam mesmo sem ter nível para aceder a séries mais elevadas. (*ibid*, p. 11-12)

Paixão et al (2014), por sua vez, destacam que as premissas sobre as quais o sistema produtivo e educacional está baseado, seja sua base econômica, social, tecnológica, técnica e política, são hoje ineficientes e ineficazes, requerendo muitas vezes profundas mudanças, essenciais em sua estrutura e funcionamento.

É mister compreender as leis que asseguram o direito à educação. Porém, mais do que a existência das proteções jurídicas, é fundamental discutir e implementar ações e políticas públicas que atendam com qualidade as reais necessidades de permanência escolar dos alunos.

3 | O ABANDONO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tendo como objetivo analisar os motivadores do abandono e permanência escolar, bem como sua relação com as políticas de apoio à permanência escolar em cursos técnicos concomitantes e subsequentes na área de Controle e Processos Industriais numa instituição federal de ensino com *campi* em Joinville e Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, realizada com estudantes permanentes e com aqueles que deixaram de frequentar

os cursos técnicos concomitantes em Mecânica e Eletroeletrônica e subsequentes em Mecânica Industrial e Eletrotécnica.

Os dados que subsidiaram as análises foram obtidos pela aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, aplicado aos alunos permanentes e entrevista semiestruturada e questionário eletrônico (enviado por e-mail) com perguntas abertas e fechadas para os estudantes que deixaram de frequentar os cursos.

Delimitou-se a pesquisa para estudantes ingressantes nas instituições a partir do 2º semestre de 2011, até 2013. Porém, dentre os alunos permanentes participaram também aqueles que haviam ingressado antes do 2º. Semestre de 2011, mas que ainda estavam cursando devido reingresso ou reprovação.

Do segundo semestre do ano letivo de 2011 até o final de 2013 ingressaram nos cursos pesquisados 1059 estudantes. Dos ingressantes, 424 deixaram de frequentar o curso técnico, totalizando 40% de abandono escolar neste período.

Responderam o questionário para alunos permanentes 126 alunos de Joinville e 144 de Jaraguá do Sul, totalizando 270 estudantes permanentes. Dos estudantes que deixaram de frequentar o curso, 13 responderam o questionário eletrônico e 12 foram entrevistados, totalizando assim 25 casos de abandonos que participaram da pesquisa.

4 | O DIREITO À PERMANÊNCIA: A AVALIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Na Educação Profissional, em específico na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, há a política de apoio ao estudante, regulamentada pelo Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Este Plano consiste de ações de assistência estudantil que são executadas por instituições federais de ensino superior, inclusive os Institutos Federais, devido às suas especificidades.

Embora o Plano Nacional de Assistência Estudantil estabeleça que as instituições devam desenvolver ações em diversas áreas, tais como moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, essas ações limitavam-se, nos locais e período em que foi realizada a pesquisa, a aplicar o Plano somente como política de transferência de renda aos estudantes.

Ou seja, relativo às políticas de apoio à permanência escolar, o que existiam eram políticas de transferência de renda, nas quais o aluno, se abandonasse o curso, perderia o benefício, como bolsa família e assistência estudantil, e ações pontuais da instituição contra o abandono, como por exemplo, ligar, sempre que possível, para os alunos para entender os motivos do abandono escolar.

Existindo essas ações e políticas, buscou-se verificar a efetividade da política de assistência estudantil e das ações institucionais, bem como os resultados por elas obtidos a partir da fala de alunos e ex-alunos desses campi.

Dos sujeitos permanentes que participaram da pesquisa, a maioria eram homens (88%), trabalhadores (87%), cuja faixa etária variava entre 18 e 39 anos (75%). Dos que deixaram de frequentar os cursos técnicos, assim como os permanentes, a maioria eram do sexo masculino (91%), trabalhadores (96%), da mesma faixa etária dos permanentes (84%).

Observou-se que a maioria dos estudantes (90% dos permanentes e 72% dos que deixaram de frequentar os cursos) desconheciam que as Instituições possuem uma política de apoio à permanência, amparada no Plano Nacional de Assistência estudantil.

Dos que declararam conhecer ações de apoio e permanecem na instituição, apenas 4% dos estudantes permanentes sinalizaram a assistência estudantil, 1,5% citaram as bolsas de pesquisa e extensão e os demais sinalizaram outras ações/práticas tais como: a própria pesquisa que foi aplicada, Pronatec, motivação e disponibilidade dos professores, trancamento, tempo para conclusão, aulas práticas, ou não citaram a ação.

Entre os motivadores para permanência escolar, 58% dos permanentes citaram que auxílios financeiros da Instituição e/ou do Governo não exerceram nenhuma influência em suas decisões de permanecer nos cursos. Apenas 10% dos permanentes indicaram o auxílio financeiro como um fator decisivo para continuar o curso.

Dos permanentes, 14,1% recebiam algum benefício de apoio à permanência escolar. Destaca-se que de todos os estudantes permanentes que recebiam algum benefício, apenas 26% deles sinalizaram conhecer alguma ação ou política de apoio à permanência, isto é, nem os próprios beneficiados pelas ações de apoio as reconheceram como práticas de incentivo à permanência. Isto é, 74% dos estudantes permanentes que recebiam apoio estudantil não o compreendiam como um benefício de apoio à permanência escolar.

Entre os desistentes que participaram da pesquisa, 20% deles recebiam a assistência estudantil e apenas 40% dos próprios desistentes que recebiam o benefício disseram que existia na instituição auxílio a permanência escolar. Ou seja, 60% dos estudantes que abandonaram os cursos e recebiam auxílio estudantil, não compreendiam esse benefício como uma ação de política pública para apoiar sua permanência escolar.

Dos que abandonaram os cursos, 15% dos estudantes que participaram da pesquisa citaram a dificuldade financeira como o principal motivador do abandono e entre os permanentes, 52% já pensaram em abandonar o curso, porém nenhum registrou como motivador os problemas financeiros. Nos relatos apontados pelos sujeitos pesquisados que abandonaram o curso – aqui registrados, para manutenção

do sigilo, como “A” seguido de um número sequencial – há menções não só a problemas financeiros, mas também a outros fatores que envolvem motivadores que atuam em conjunto com esses problemas, como se observa no relato a seguir:

A14 – *O principal motivo [para eu abandonar] foi porque eu não tinha condições... questão financeira e... (neste momento ela começa chorar e aponta para o quarto onde estava o marido) daí sei lá, eu não conseguia, não podia ajudar meu marido, não tinha como, eu queria terminar, mas não tinha nada ao meu favor, entendeu? Então meu abandono foi porque eu não tinha condições e eu precisava ajudar o meu marido né... ou eu saía trabalhar prá ajudar a pagar o aluguel pra sobreviver, ou eu desistia do meu casamento e ia tentar a sorte.*

Sobre o conhecimento do Programa à permanência escolar, 28% dos que abandonaram os cursos alegaram saber que existia apoio à permanência e destes que declararam conhecer ações, 57% citaram a Assistência Estudantil. Os demais citaram bolsa pesquisa, Pronatec e resgate por telefone.

A maioria dos estudantes que deixaram de frequentar os cursos técnicos declararam desconhecer as ações de apoio à permanência escolar, conforme exemplificado:

A14 – *Não, não, não cheguei a receber [informação sobre o Programa]. O que eu soube lá, que até tentei, que um dia eu fui atrás prá ver, é que eles podiam conseguir vaga prá gente trabalhar lá dentro né, daí tu trabalhava e pelo menos te davam, não é um salário, mas parece que eles pagavam uma porcentagem.*

Sobre os que conheciam as ações de permanência e deixaram de frequentar, suas avaliações acerca da mesma foram, em geral, positivas, sinalizando o auxílio como um importante benefício, porém o auxílio não os motivou a continuarem os estudos.

A18 – *Olha, eu acho que é muito importante né, muito bom, muito importante a ajuda [...] eu não conseguiria chegar nunca no horário e como eu ganho pouco, tenho veículo, mas me deslocar daqui e lá todo dia e voltar é uma despesa grande [...] eu usava a ajuda do governo simplesmente da gasolina prá eu poder ir e vir do curso ... que a minha esposa não trabalhava, eu tenho uma menina pequena, então só eu trabalhava de noite ia pro curso, então isso ai tudo, essa ajuda me ajudou bastante.*

Nessa pesquisa também foram avaliados os principais motivadores para a permanência escolar e embora existisse uma ação instituída através da política da assistência estudantil, buscou-se, também, compreender que outras ações eram realizadas e que poderiam contribuir para que o estudante permanecesse nos cursos técnicos pesquisados.

No questionário aplicado a 270 estudantes permanentes nos cursos técnicos foi indagado como eles avaliavam as ações de apoio e/ou incentivo à permanência da instituição e, mesmo com elevados índices de abandono, 83% dos permanentes consideraram as ações de apoio à permanência de ótima a boa.

Dentre as ações positivas de apoio à permanência mais citadas pelos permanecentes – aqui registrados, para manutenção do sigilo, como “P” seguido de um número sequencial – destacam-se o incentivo por parte dos docentes, motivação da equipe pedagógica e professores e que servidores ligam para os que deixaram de frequentar, como se observa em suas falas:

P91 – *Alguns professores até pedem para os alunos ligarem para seus colegas não desistirem.*

P178 - *Tinha desistido e me ligaram em casa para voltar. E aqui estou eu!*

Os permanecentes relacionaram ações de incentivo à permanência nos cursos técnicos ou ausência delas com ações cotidianas do trabalho educativo. Dentre as críticas mais apontadas a essas ações pelos permanecentes destacaram-se o baixo índice de formandos, a ausência de ações de apoio e a falta de incentivo da coordenação, docentes e equipe pedagógica.

P177 - *Este tipo de pesquisa já deveria ter sido aplicada antes, essa preocupação deveria preocupar mais a instituição.*

P222 - *O Núcleo não está fazendo muito. Parece que não se importam. A maior causa da desistência são alguns professores. E também não ter a motivação. Não dão motivação*

Um dos aspectos relevantes da pesquisa foi o fato de que a maioria das ações, elogiadas ou criticadas, indicadas por ambos os grupos de participantes, foram coincidentes. Ao mesmo tempo que os estudantes permanecentes sinalizaram como motivadores a possibilidade de busca de novos conhecimentos, perspectivas de melhorias no trabalho e incentivo recebido pelos docentes, os principais motivos para o abandono foram as dificuldades de conciliar trabalho, escola e família, dificuldades de aprendizagem e dificuldades na relação com docentes, demonstrando assim uma relação dialética e contraditória, pois os mesmos motivadores de permanência se apresentaram como motivadores de abandono. No mesmo sentido, a questão financeira foi pouco sinalizada na pesquisa como um dos principais motivadores do abandono escolar ou um facilitador para permanência na escolar.

Corroborando com Dore, Sales e Castro (2014), para quem “a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do aluno da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino”, a pesquisa indicou, concordando com as autoras, que os problemas relacionados ao abandono devem ser analisados por perspectivas diversas, tais como “a perspectiva da escola, do sistema de ensino e do indivíduo”. (p. 386)

5 | EM BUSCA DE UMA POLÍTICA DE APOIO À PERMANÊNCIA

Os dados demonstraram que muitos estudantes, em sua maioria trabalhadores, estão tendo seu direito à permanência violado. Direito ainda pouco discutido e debatido na educação profissional e tecnológica.

Neste sentido, esta investigação trilhou caminhos e discussões ainda pouco percorridos, pois, embora a história do abandono na educação profissional tenha se construído juntamente com a sua própria constituição, são poucos os trabalhos e referenciais que as abordam, assim como são poucas as pesquisas sobre as atuais políticas de apoio à permanência na educação profissional.

Verificou-se que os próprios estudantes desconhecem as ações e políticas públicas e institucionais de apoio à sua permanência. Nem mesmo os próprios beneficiários da Assistência Estudantil, em alguns casos, a sinalizava como uma ação ou política de apoio à permanência.

É notória e inquestionável a importância do Plano Nacional de Assistência Estudantil como avanço nas políticas de apoio à permanência escolar, porém ainda não está sendo suficiente para manter o estudante na educação profissional. Observa-se a ausência de planejamento e ações que atendam a realidade dos estudantes, em especial dos trabalhadores.

Neste sentido há necessidade, além de uma avaliação mais sistematizada desta política, de reflexões sobre as necessidades dos estudantes que podem ser atendidas pela instituição, seja por políticas nacionais ou ações institucionais, ou seja, propostas e ações que compreendam quem são os sujeitos da educação profissional, um público heterogêneo que se encontra nos cursos integrados, concomitantes e subsequentes e também nos cursos superiores ofertados nestas instituições.

Ao compreender quem são esses sujeitos é possível planejar e implantar políticas, programas ou ações de incentivo à permanência que atendam às necessidades desses estudantes. Nos cursos pesquisados, observa-se a necessidade de incentivo à qualificação pedagógica dos docentes, planejamento curricular, oferta de horário e ações que possam atender o estudante trabalhador e às suas dificuldades de aprendizagem.

A educação, entendida como um compromisso do Estado e direito do estudante, necessita de políticas públicas que, além de estabelecer a necessidade de permanência dos alunos, ofereçam condições e estímulo para tal, articulada com o compromisso da permanência do educando na escola com a qualidade da educação, ou seja, políticas democráticas e que considerem os sujeitos, bem como suas questões sociais, culturais e econômicas, e a natureza da educação que estão recebendo.

E, principalmente, uma reflexão e análise das ações, institucionais e políticas, que possam identificar as reais necessidades e considerar a realidade – cultural, social e econômica – desses sujeitos, possibilitando assim, uma permanência de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ernesto Friedrich de Lima; MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de Impacto das Condiionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 3, 2013, p. 531 a 570.

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Juventude, escola e trabalho**: sentidos atribuídos ao ensino médio por jovens da classe trabalhadora. Tese de Doutorado: UFPR, 2013. Disponível em <http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2013/d2013_Marcio%20Luiz%20Bernardim.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Evasão e repetência no Brasil**: a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Senado Federal, Brasília/DF: 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o FUNDEF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIViL_03/LEIS/L9424.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.836**, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **As desigualdades na escolarização no Brasil**: Relatório de observação nº 4. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2ª Edição, 2011. Disponível em: <goo.gl/yKnL5q>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 30 de Janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <

>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <
>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação. Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE): Brasília, 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COELHO, Aleksandra Joelma Dal Pizzol. **PERMANÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR**: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville e Jaraguá do Sul. Dissertação de mestrado: UTFPR, 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. V.41 N.144 set./dez. 2011.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; CASTRO, Tatiana Lage de. Evasão nos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional de Minas Gerais. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo Ferreira; ROCHA, Cleonice Silveira. Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. **Educação e Sociedade**. CEDES, nº8. São Paulo: Cortez, 1981.

GALLINDO, Erica. **Análise da evasão da Rede Federal**. 2018. Disponível em: <<https://public.tableau.com/profile/ericagallindo#!/vizhome/2017-02-18AnliseEvasoRF/Painel1>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

KUENZER, Acacia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, n.112, p. 851-873, jul-set. 2010.

LENSKIJ, Tatiana. **Direito à permanência na escola**: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares. Dissertação (mestrado). UFRS: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, Porto Alegre, RS. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

MEC/SETEC. **Termo de acordo de metas e compromissos do Ministério da Educação e Institutos Federais**. Brasília: 2010. Disponível em: < >. Acesso em: 17 fev. 2019.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A Socialização da Força de Trabalho**: introdução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PAIXÃO, Edmilson Leite; DORE, Rosemary; MARGIOTTA, Umberto, LAUDARES, João Bosco. Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. *In* DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa.(org.) **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/ CEPROTEC/ RIMEPES, 2014.

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O Fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens**

que procuram a educação profissional técnica de nível médio. Dissertação de Mestrado: UTFPR: 2012. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27670?show=full>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

STEIMBACH, Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho:** razões da permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado. Dissertação de Mestrado: UFPR, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012_Allan%20Andrei%20Steimbach.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório da Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional.** Data da Sessão: 13/3/2013. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-08/13-P.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

